



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Rondônia

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS/SJRO

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

EXERCÍCIO 2017

Art. 23, § 1º, Resolução CNJ 201/2015



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

GESTÃO 2015/2020

PAs-SEI n. 0000390-63.2016.4.01.8012 e 0000882-84.2018.4.01.8012

PORTO VELHO/RO
FEVEREIRO/2018

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA JUSTIÇA FEDERAL - RO
2017

APRESENTAÇÃO

Em 15/02/2016, por meio da **Resolução TRF1 Presi 4/2016** (1845344), foi instituído o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, com o objetivo de estipular ações que permitam o alcance de metas direcionadas à racionalização de gastos e qualidade dos serviços prestados em observância à garantia do equilíbrio sócio-econômico-ambiental. Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, foi traçado com base no novo ciclo de gestão estratégica, devendo perdurar até o ano de 2020, quando deverá ser apresentado novo cronograma. Esse planejamento foi construído com base na **Resolução 201/2015** (1845336) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para todo o Poder Judiciário, que determina a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais no Poder Judiciário.

Em 24/02/2016, por meio da **Portaria SJ Diref 66/2016** (1831635) foi instituída a Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental da Seção Judiciária de Rondônia - CPLS-RO, a qual foi atribuída a responsabilidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Rondônia - PLS-SJRO. A **Portaria SJ DIREF 207/2017** (4014077), por sua vez, alterou a composição da Comissão - CPLS-RO, passando a figurar com os seguintes membros:

SERVIDOR(A)	UNIDADE	FUNÇÃO
Alex Correa de Leles	Seção de Compras e Licitações - SELIT	Presidente
Renato Alfaia Pereira	Seção de Compras e Licitações - SELIT	Vice-Presidente
Vanessa Monteiro Rocha	Seção de Material e Patrimônio - SEMAP	Secretária
Carlos Roberto Santiago Meneses	1ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia - PVH	Membro efetivo
Alex Sandro Almeida Mattos	Sector de Modernização Administrativa - SETMAD	Membro efetivo

Com o trabalho conjunto da Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Rondônia - PLS-SJRO (1845417), aprovado pela **Portaria SJ Diref 74**, de 29/02/2016 (1849342). Integram-se ao presente Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Rondônia as metas e macrodesafios relacionados à gestão socioambiental da Justiça Federal, conforme estabelecidos pelo CNJ e CJF e aqueles estipulados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região à Justiça Federal da 1ª Região, nos termos do art. 10, da Resolução CNJ nº 201/2015.

O PLS-SJRO também instituiu cinco grupos executivos para auxiliar na execução, propor atualizações e monitorar o Plano de Ação Socioambiental, os quais foram atribuídas as responsabilidades para as seguintes seções:

- a. Grupo Executivo de Uso Eficiente de Insumos e Materiais e de Gestão dos Resíduos e dos Deslocamentos: SEMAP e SEVIT;
- b. Grupo Executivo de Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras (água e esgoto, energia, combustíveis, obras e serviços de engenharia): SESEG;
- c. Grupo Executivo de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos (impressão, equipamentos, redes de comunicação telefônica e de dados, internet, manutenções técnicas e serviços de processamento de dados): SEINF;
- d. Grupo Executivo de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação (saúde ocupacional, assistência à saúde, comunicação e divulgação institucional, formação e capacitação de pessoas): SEDER e SEBES;
- e. Grupo Executivo de Compras, Aquisições e Contratações Sustentáveis (bens permanentes, bens de consumo, descartáveis, serviços de vigilância, de conservação e limpeza, de manutenções prediais, de apoio administrativo): SEMAP, SEVIT e SESEG.

1 – CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados referente ao exercício de 2017 foram medidos e registrados mês a mês por meio de captação dos dados relativos aos gastos e consumos que formam os indicadores sócio ambiental do Plano de Logística Sustentável, prestados pelos responsáveis das unidades relacionadas.

Para tanto, a fim de reunir os dados de consumos e gastos das diversas despesas, para posterior registro no sistema no CNJ e alimentação dos indicadores do plano, foi criada uma "Planilha de Medição", disponível em rede compartilhada, para que as unidades responsáveis prestassem as informações até o 5º dia útil do mês subsequente. Por fim, o servidor Alex Correa de Leles foi o responsável pela alimentação do sistema do CNJ.

Foram indicados os seguintes servidores responsáveis para informar os dados e alimentar a Planilha de Medição:

NOME	LOTAÇÃO
Alex Correa de Leles	Seção de Compras e Licitações - SELIT
Renato Alfaia Pereira	Seção de Compras e Licitações - SELIT
Vanessa Monteiro Rocha	Seção de Material e Patrimônio - SEMAP
Gemilson da Rocha Coelho	Central de Vigilância, Segurança e Transporte - CEVIT
Sílvio José Leandro de Carvalho	Seção de Cadastro de Pessoal - SECAP
Jaime de Oliveira Alencar	Seção de Serviços Gerais - SESEG
Joana D'Arc Moura Silva do Amaral	Seção de Desenvolvimento e Avaliação de RH - SEDER
Nilson Carlos de Amorim	Seção de Tecnologia da Informação - SEINF
José Edmilson da Silva	Seção de Bem-Estar Social - SEBES
Merlin Calenda Di Tavani	Seção de Suporte Administrativo e Operacional de GUM - SESAP
Luciane Fátima do Nascimento Martins	Seção de Suporte Administrativo e Operacional de VHA - SESAP
Patrícia Geremias de Oliveira	Seção de Suporte Administrativo e Operacional de JIP - SESAP

Ao final do exercício, os dados foram consolidados e dispostos em relatórios mensais, semestral e anual, com resultados dos indicadores e metas, conforme os seguinte anexos:

RELATÓRIOS	LINK
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - JAN/2017	5806359
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - FEV/2017	5806366
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - MAR/2017	5806514
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - ABR/2017	5806546
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - MAI/2017	5806550
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - JUN/2017	5806558

Relatório CNJ - Indicadores Mensais - JUL/2017	5806588
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - AGO/2017	5806603
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - SET/2017	5806614
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - OUT/2017	5806620
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - NOV/2017	5806632
Relatório CNJ - Indicadores Mensais - DEZ/2017	5806636
Relatório CNJ - Indicadores Anuais - 2017	5806649
Relatório PLS-SJRO - Medições de Consumo e Gastos - 2017	5811463
Relatório PLS-SJRO - Resultados dos Indicadores Mensais - 2017	5811497
Relatório PLS-SJRO - Resultados dos Indicadores Semestrais - 2017	5811508
Relatório PLS-SJRO - Resultados dos Indicadores Anuais - 2017	5811520
Relatório PLS-SJRO - Acompanhamento de Metas - 2017	5811544

2 – PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A preocupação com a implantação e com a efetividade de uma política de sustentabilidade ambiental tem sido uma constante nesta instituição, que prima pelo consumo e pelo gasto consciente e sustentável, em que pese algumas ações dependerem de recursos financeiros para a sua implantação e posterior continuidade, os quais foram escassos no exercício de 2017, tendo essa Administração objeto de contingenciamentos e duras restrições de repasses orçamentários.

Entretanto, as ações realizadas no âmbito desta Seccional ainda estão sendo estudadas e serão efetivamente implantadas ao longo do exercício de 2018, como a seleção de entidade para realizar de coleta de resíduos sólidos, como papéis, livros em desuso, pilhas e baterias, de forma a promover a correta destinação final, em especial a reciclagem e o reuso.

Em Novembro/2016, a Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental sugeriu à Secretaria Administrativa a adoção de algumas providências para incentivar o uso de copos retornáveis, garrafas e/ou squeeze pessoais, com seguintes objetivos e orientações:

- Eliminação do uso de copos descartáveis para o público interno, restringindo a disponibilização dos copos somente para o público externo;
- Realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente, incentivando o uso de canecas e copos retornáveis;
- Como incentivo inicial, que a Administração realizasse a aquisição de canecas de porcelanas personalizadas.

Em Janeiro/2017, houve a aquisição e distribuição das canecas de porcelanas para todos os magistrados, servidores e demais colaboradores e ampla divulgação quanto a consciência permanente no uso de copos/canecas retornáveis, a fim de diminuir geração de resíduos sólidos plásticos.

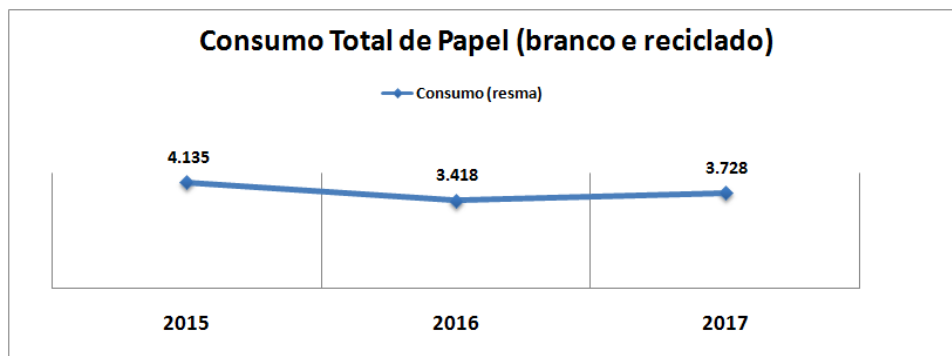
Outras ações também foram desenvolvidas em 2017, sendo:

- a. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, em outubro de 2017, com o Tribunal de Justiça de Rondônia, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, denominada ECOLIGA com os fins de realizar ações conjuntas nas áreas da sustentabilidade ambiental;
- b. Aquisição de cartuchos de toner para impressoras com obrigação de Logística Reversa, conforme Pregão Eletrônico n. 09/2017, em atendimento a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a Resolução CNJ n. 201/2015, de forma a devolver para o fabricante/comerciante os cartuchos de toner de impressoras vazios, os quais serão responsáveis na destinação ecologicamente correta;
- c. A aquisição de condicionadores de ar, tipo split, com tecnologia inverter e classificação de consumo de energia em categorias com melhor eficiência energética, conforme classificação do INMETRO, nos termos do Pregão Eletrônico n. 17/2017; e
- d. Na aquisição de materiais de consumo para almoxarifado, com exigências de composição ou fabricação em atendimento as exigências sustentáveis, como o material reciclado ou proveniente de manejo florestal, além das composições biodegradáveis e atóxicas, conforme os Pregões Eletrônicos n. 03/2017 e n. 13/2017.

3 – EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO

As Metas definidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Rondônia, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, foram traçadas para o período 2015-2020. A análise dos 57 indicadores relacionados para o atingimento das Metas segue abaixo:

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS
META 1 – Reduzir o consumo de papel em 1% ao ano até 2020
<u>Meta Atingida e Superada:</u> Redução acumulada de 9,8% em relação ao consumo de 2015
<p>ANÁLISE</p> <p>Um dos fatores que contribuíram para a redução do consumo de papel foram a implantação e ampliação dos sistemas informatizados, como o SEI (administrativo) e o PJe (judicial). Também foram realizadas campanhas de conscientização visando a economicidade de papel.</p>



Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 1 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 1 a 5 abaixo:

1 a 5. Papel

1. Consumo de papel branco
2. Gasto com aquisição de papel branco
3. Consumo de papel reciclado
4. Gasto com aquisição de papel reciclado
5. Consumo total de papel branco e reciclado

Ações propostas:

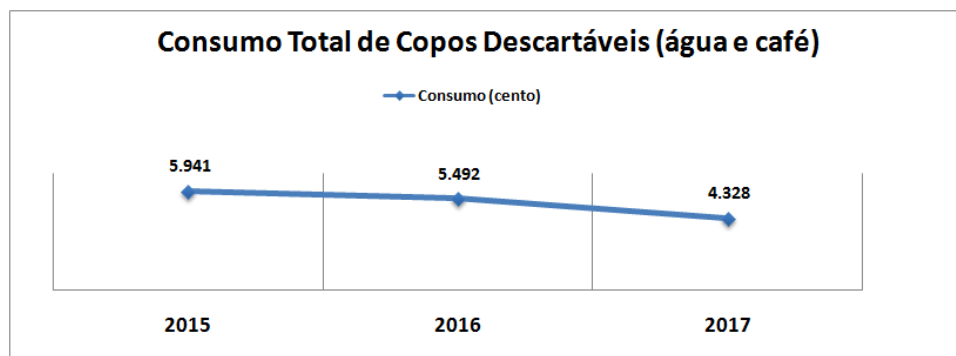
1. Disponibilizar os dados de consumo de papel das unidades.

Foi avaliado o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel. A SEMAP fez criteriosa avaliação dos pedidos semanais das unidades e alertando que o consumo estava, para algumas unidades, acima da média do mês anterior.

2. Incentivar o uso de impressões frente e verso de documentos.

Ações pontuais em setores com grande volume de impressão ao longo do exercício.

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS
META 2 – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% ao ano até 2020
<u>Meta Atingida e Superada</u> : Redução acumulada de 27,2% em relação ao consumo de 2015
ANÁLISE Houve uma redução de 27,2% no consumo de copos descartáveis (água e café), em relação a 2015, caindo de 5.941 centos para 4.328 centos. Portanto, há que se considerar como eficazes as campanhas de conscientização e sensibilização.

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta 2, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 6 a 10 abaixo:

6 a 10. Copos descartáveis

6. Consumo de copos de 180 ml descartáveis
7. Gasto com aquisição de copos de 180 ml descartáveis
8. Consumo de copos de 50 ml descartáveis
9. Gasto com aquisição de copos de 50 ml descartáveis
10. Gasto total com aquisição de copos descartáveis

Ações propostas:

1. Avaliar a inserção de critérios de sustentabilidade para aquisição de copos descartáveis oxibiodegradáveis; Pesquisar novas tecnologias disponibilizadas no mercado; Efetuar comparativo custo/benefício e respectivo impacto financeiro em relação à situação atual.

Foi implementado no início de 2017 a campanha de conscientização com a distribuição de canecas de porcelanas aos magistrados, servidores e demais colaboradores, restringindo o uso do copo descartável para o público externo.

2. Disponibilizar os dados de consumo de copos 180 ml das unidades; Apresentar, periodicamente, os dados para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo da Seccional; Realizar pedidos de copos descartáveis 180 ml e 50 ml pelo sistema de pedido de material, mediante necessidade; Estimar quantidade de copos descartáveis de acordo com número de servidores.

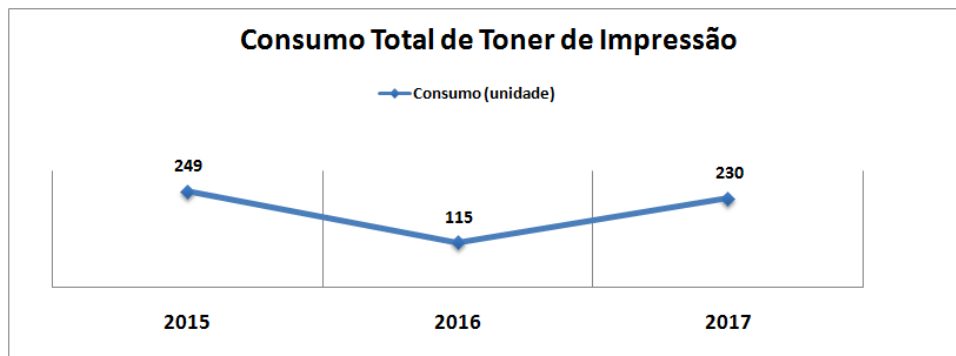
A SEMAP realizou a limitação no fornecimento dos descartáveis com vistas a distribuição das canecas de porcelanas.

A SEREN realizou mensalmente o monitoramento dos consumos com informações gráficas ao longo do exercício e disponibilizados em rede para todos os gestores.

3. Verificar a viabilidade de implantação de substituição por copos/xícaras de vidro/porcelana.

Em Dezembro/2016, após estudo da SEMAD e autorização da SECAD, foi realizada a aquisição de canecas de porcelanas personalizadas, a fim de iniciar a conscientização quanto ao uso, por parte de magistrados, servidores e demais colaboradores, de copos retornáveis dentro as unidades de trabalho.

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS
META 3 – Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% ao ano até 2020
Meta Atingida e Superada: Redução acumulada de 7,6% em relação ao consumo de 2015
2015: consumo de 203 equipamentos
2016: consumo de 203 equipamentos
2017: consumo de 164 equipamentos
ANÁLISE Em 2015 o consumo de suprimentos de impressão (toner) foi de 249 unidades, enquanto que em 2017 o consumo foi reduzido para 230 unidades de toners. Foram reduzidas as quantidades de impressoras ativas neste período, de 203 para 164 equipamentos.

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 11 a 16 abaixo:

11 a 16. Impressões e equipamentos

11. Impressões de documentos totais
12. Equipamentos instalados
13. Performance dos equipamentos instalados
14. Gasto com aquisições de suprimentos
15. Gasto com aquisição de impressoras
16. Gasto com contratos de *outsourcing* de impressão

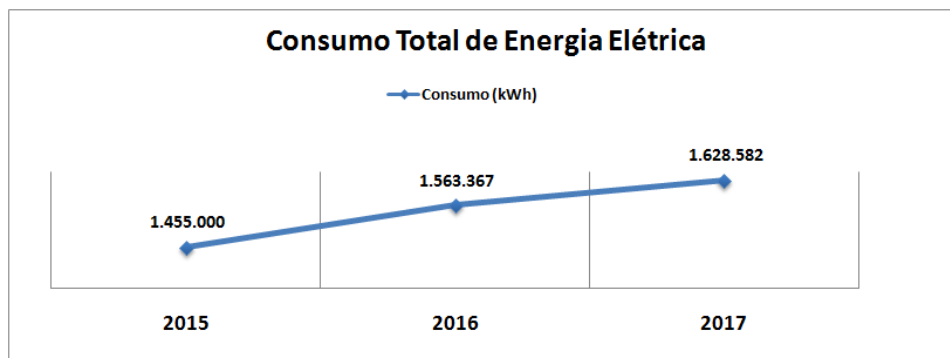
Ações propostas:

1. Programar vistoria geral no parque de impressoras/copiadoras das Subseções e da Seccional e realizar as seguintes configurações: 1. Impressão em frente e verso; 2. Adoção da fonte Spranq Eco Sans como ecofonte padrão; 3. Adoção do modo de economia de energia.

As ações foram realizadas pela SEINF, dentro das suas possibilidades. Alguns servidores não puderam utilizar a configuração frente e verso, pois demandaria prejuízo na execução dos serviços.

Para o exercício de 2018, será realizado novas configurações e adequações do parque de impressão, com instalação de software que permita a contagem de impressões totais, já que atualmente não é possível realizar a contabilidade das impressões.

TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA
META 4 – Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% ao ano até 2020
Meta NÃO atingida: Aumento de 4,2% em relação ao consumo de 2015 e aumento acumulado de 11,9% .
<p>ANÁLISE</p> <p>O consumo total de 2016 foi na ordem de 1.563.367 kWh enquanto que em 2017 houve um aumento para 1.628.582 kWh. Assim, a diferença de 65.215 kWh entre os dois exercícios representou um aumento de 4,2% no consumo total de energia elétrica. Entretanto, em 2016, foram pagos R\$ 890.371,66 e em 2017 o valor total pago com energia elétrica foi de R\$ 822.224,88, ou seja, uma redução de 7,7%.</p> <p>Em que pese as ações implementadas para redução no consumo de energia elétrica, o consumo foi maior devido a forma de cálculo de consumo da concessionária pública para a sede da Seccional.</p>



Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 17 a 22 abaixo:

17 a 22. Energia elétrica

17. Consumo de energia elétrica
18. Consumo de energia elétrica por área construída
19. Gasto com energia elétrica
20. Gasto com energia elétrica por área construída
21. Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)
22. Adequação do contrato de demanda (ponta)

Ações propostas:

1. Otimização do uso dos elevadores.

Foi realizada a sensibilização para o uso consciente do elevador e incentivando o uso das escadas. Para diminuir os gastos de consumo, foi desligado um dos dois elevadores na sede da Seccional.

2. Implantação de iluminação LED.

Ação realizada pela Seção de Serviços Gerais - SESEG com substituição de 100% das lâmpadas fluorescentes tubulares, dicróicas, eletrônicas compactas e incandescentes para lâmpadas LED na sede da Seccional.

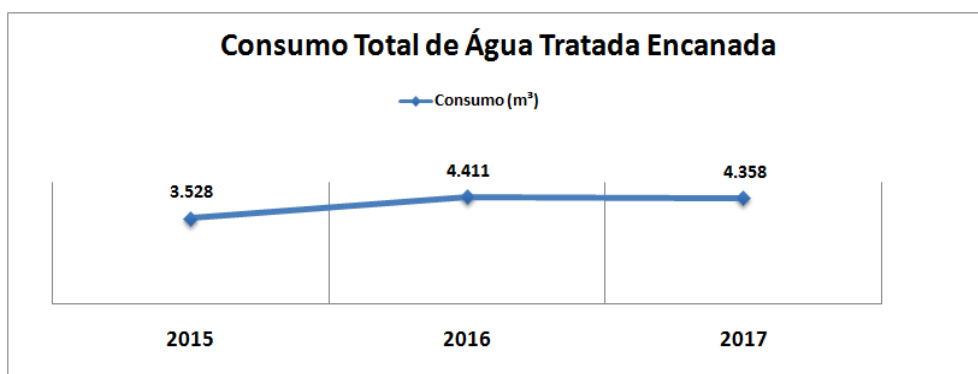
3. Redução de quantidade de lâmpadas – estabelecer padrão mínimo de iluminação por m² e estudar viabilidade de substituição de calhas.

Não foi feito um estudo com o intuito de estabelecer um padrão mínimo. Entretanto, foram reduzidas na sede da Seccional cerca de 30% do total de lâmpadas, em especial nas áreas de circulação e estacionamento.

4. Revisão de acionamento de lâmpadas – avaliar e implementar os locais viáveis de individualização de interruptores, agrupando linearmente luminárias paralelas às janelas para acionamento conforme distância da iluminação natural.

Ação realizada parcialmente pela Seção de Serviços Gerais - SESEG.

TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO
META 5 – Reduzir o consumo de água e esgoto em m³ em 5% até 2020.
Meta <u>NÃO atingida</u> : Redução de 1,2% em relação ao consumo de 2016 e aumento acumulado de 23,5% .
<p>ANÁLISE</p> <p>O consumo total de 2016 foi na ordem de 4.411 m³ enquanto que em 2017 houve uma pequena redução para 4.358 m³. Assim, a diferença de 53 m³ entre os dois exercícios representou um aumento de 1,2% no consumo total de água tratada. Em 2016, foram pagos R\$ 58.838,92 e em 2017 o valor total pago com água tratada foi de R\$ 62.905,33, ou seja, um aumento de 6,9%.</p> <p>Algumas ações implementadas para redução no consumo de água tratada trouxeram resultados positivos.</p>



Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 23 a 26 abaixo:

23 a 26. Água e esgoto

23. Volume de água consumido
24. Volume de água por área construída
25. Gasto com água
26. Gasto com água por área construída

Ações propostas:

1. Orientação de terceirizados de limpeza e copa – orientar sobre uso consciente da água e uso correto de materiais.

Orientações repassadas através da Seção de Serviços Gerais e por campanhas de conscientização desenvolvidas na SJRO.

2. Monitoramento dos dados de consumo – acompanhar o consumo de água para identificar, de forma tempestiva, vazamentos nas instalações hidráulicas.

Esse procedimento já é adotado pela Seção de Serviços Gerais.

TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS

META 6 – Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% ao ano até 2020

META 7 – Tornar tratáveis os sistemas de esgoto das unidades com sede própria

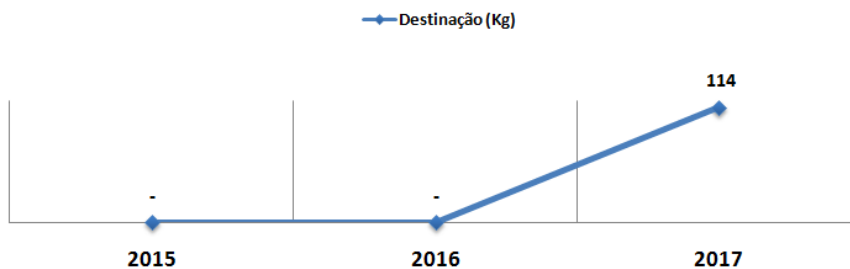
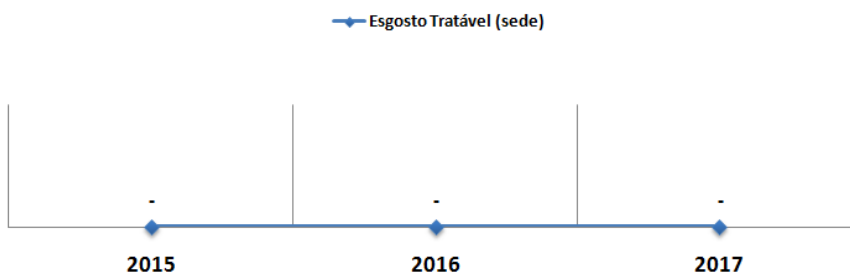
META 8 – Tornar utilizáveis como adubo 100% dos resíduos biodegradáveis

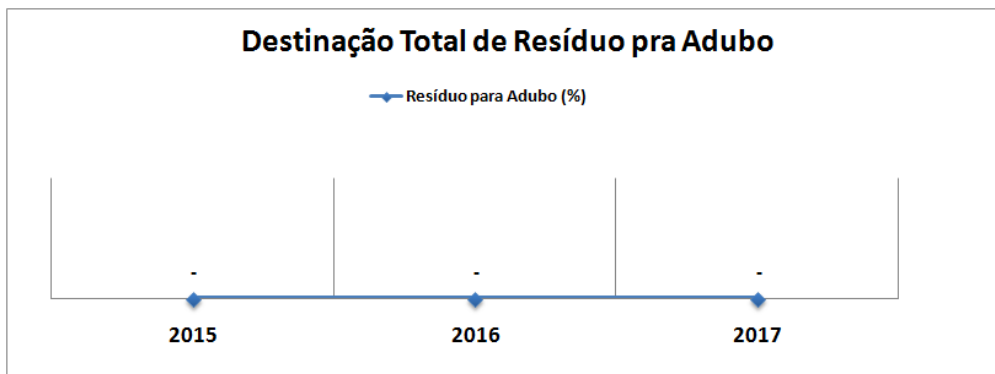
Meta 6 Atingida e Superada: Houve a destinação de 114 kg de cartuchos de toners para reciclagem, resultando em 100% com relação ao resultado de 2016. Não houve destinação de materiais em 2015 e 2016.

Metas 7 e 8 possuem ações somente no exercício 2017. Assim, os resultados serão medidos e divulgados em 2019.

ANÁLISE

Até 2013, os papéis descartados pela sede da Seccional eram separados e recolhidos pela Prefeitura Municipal de Porto Velho. Com a suspensão desses serviços em 2014 e após a enchente do Rio Madeira naquele mesmo exercício que atingiu as instalações do prédio da Justiça Federal de RO, a separação os materiais passíveis de reciclagem não foi mais realizada. Em 2017, houve a aquisição de cartuchos de toner para impressoras com obrigação de Logística Reversa, de forma a devolver para o fabricante/comerciante os cartuchos de toner de impressoras vazios, os quais são responsáveis na destinação ecologicamente correta. Também em 2017, iniciou-se o estudo de realizar um convênio com entidades/cooperativas de reciclagem, com previsão de término em 2018.

Destinação Total de Resíduos à Reciclagem**Unidades Totais com Esgotos Tratados**



Indicadores:

Para o cumprimento das Metas acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 27 a 40 abaixo:

27 a 40. Gestão de resíduos

27. Destinação de papel para reciclagem
28. Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem
29. Destinação de plástico para reciclagem
30. Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação
31. Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação
32. Destinação de madeiras para reaproveitamento
33. Destinação de vidros para reciclagem
34. Destinação de metais para reciclagem
35. Destinação de resíduos de saúde para descontaminação
36. Destinação de resíduos de obras à reciclagem
37. Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias etc.) à reciclagem
38. Total de material reciclável destinado às cooperativas
39. Tratamento prévio de esgotos
40. Destinação de resíduos biodegradáveis para adubo a serem utilizados em hortas

Ações propostas:

1. Coleta e descarte de lâmpadas usadas, observando o descarte ambientalmente correto.
2. Coleta e descarte de papel – destinar resíduo de papel a cooperativa de reciclagem.
3. Tratamento de esgoto – realizar estudo para verificar a viabilidade de se instalar nas unidades que tem sede própria biodigestores.
4. Gestão de resíduos biodegradáveis – realizar estudo para verificar a viabilidade de se instalar nas unidades que tem sede própria composteiras.

Essas ações serão tentadas em 2018. O estudos foram iniciados em 2017.

5. Contratações com obrigações de logística reversa com responsabilidade de reciclagem ou destinação ecologicamente correta.

Implementação com aquisição de cartuchos de toner para impressoras com obrigação de Logística Reversa, conforme Pregão Eletrônico n. 09/2017, em atendimento a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a Resolução CNJ n. 201/2015, de forma a devolver para o fabricante/comerciante os cartuchos de toner de impressoras vazios, os quais serão responsáveis na destinação ecologicamente correta.

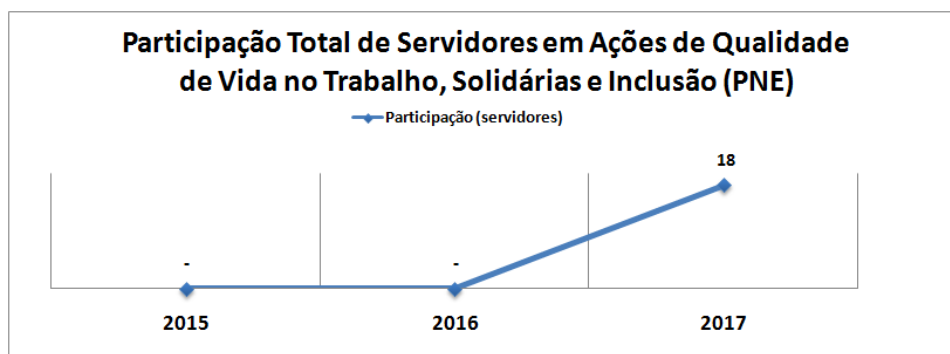
TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

META 9 – Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% ao ano até 2020

Meta Atingida e Superada: Houve a participação de 18 servidores na ação de qualidade de vida, resultando em 100% com relação ao resultado de 2016. Não houveram campanhas e/ou participações em 2015 e 2016.

ANÁLISE

Em 2017, foi promovida apenas uma ação de qualidade de vida, com a oferta do curso "A Meditação e as Técnicas de Mindfulness para Diminuição do Stress no Ambiente de Trabalho" com a participação de 18 servidores. Destaca-se a grande dificuldade em realizar eventos dessas naturezas por extrema restrição orçamentária.



Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 41 a 43 abaixo:

41 a 43. Qualidade de vida no ambiente de trabalho

41. Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho
42. Participação de servidores em ações solidárias (a exemplo de inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias)
43. Ações de inclusão para servidores com deficiência

Ações propostas:

1. Promoção de ações ergonômicas – verificar, no próprio local de trabalho, o mobiliário e os equipamentos, orientando os usuários; e identificar, por unidade, o mobiliário inadequado para futura destinação ou substituição. (Ação contínua)
2. Promoção de ações ergonômicas – avaliar a adoção de critérios de ergonomia para aquisição de mobiliário. (Ação contínua)
3. Campanhas de promoção da saúde. (Ação contínua)
4. Estímulo à realização dos exames periódicos – acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. (Ação contínua)

Ações realizadas pela SEBES – Seção de Bem-Estar Social de anualmente.

5. Programa de ações de Saúde – Realizar anualmente a Semana do Coração (com verificação das pressões arterial e ocular, circunferência abdominal, exame de glicemia capilar e cálculo do Índice de Massa Corporal - IMC). (Ação contínua)
6. Orientação quanto à qualidade do ar climatizado

As ações programadas não foram realizadas em 2017 e serão desenvolvidas ao longo do exercício de 2018, capitaneadas pela Seção de Bem-Estar Social.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

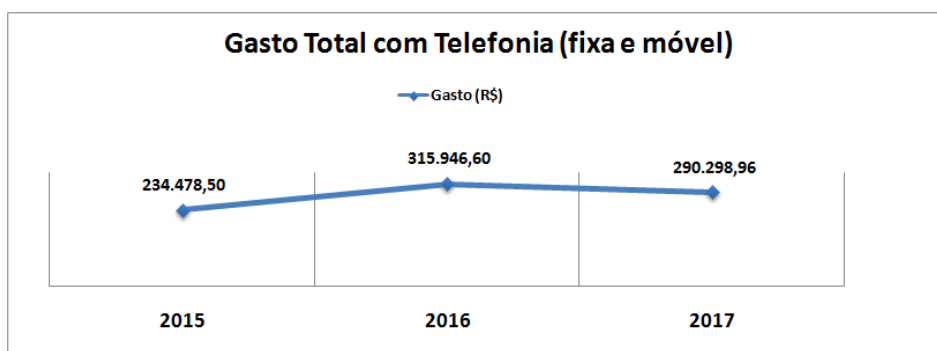
META 10 – Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% ao ano até 2020

Meta Atingida e Superada: Redução de **8,1%** em relação ao gasto de 2016 e aumento acumulado de **23,8%**.

ANÁLISE

O total gasto em 2016 foi na ordem de R\$ 315.946,60 enquanto que em 2017 houve uma redução para R\$ 290.298,96. Assim, a diferença de R\$ 25.647,64 entre os dois exercícios representou uma redução de 8,1% nos gastos com telefonia fixa e móvel.

Algumas ações implementadas para redução dos gastos com telefonia fixa e móvel trouxeram resultados positivos, como campanhas para uso de outros meios, como e-mail e mensageiro eletrônico instantâneo.. Em 2018, será realizada as buscar orçamentárias para uma redução nos gastos de consumo, como a substituição da telefonia tradicional para a tecnologia VOiP.



Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 44 a 47 abaixo:

44 a 47. Telefonia

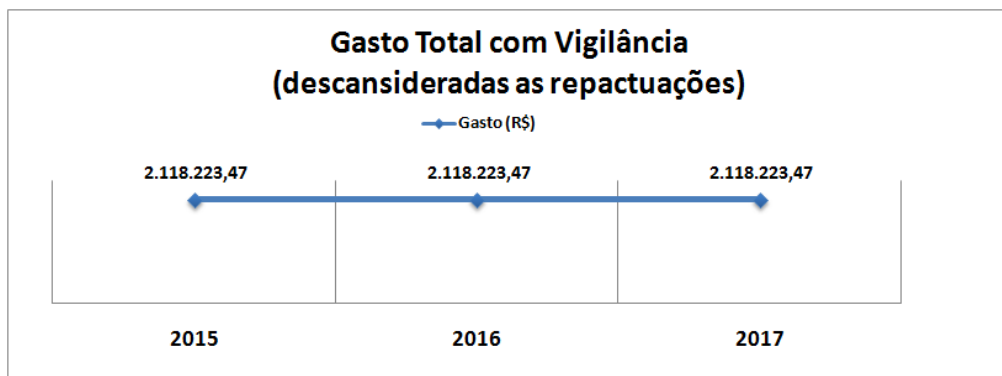
44. Gasto médio do contrato de telefonia fixa
45. Gasto médio do contrato de telefonia móvel.
46. Gasto total do contrato de telefonia fixa.
47. Gasto total do contrato de telefonia móvel.

Ações propostas:

1. Acompanhamento de contratos – reavaliar, periodicamente, as condições pactuadas nos contratos de telefonia, objetivando a redução de custos quando possível.
2. Estímulo ao uso de *e-mail* e *spark*– substituir ligações interurbanas por *e-mail* e *spark*.

Foram realizada campanhas para uso de outros meios de comunicação, como e-mail e mensageiro eletrônico instantâneo, especialmente entre as próprias unidades dentro do Estado de Rondônia.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 11 – Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações.
<u>Meta Atingida:</u> Manutenção acumulada dos gastos anuais com vigilância desde o ano de 2015.
<p>ANÁLISE</p> <p>Gasto total com contratos de vigilância no ano base de 2015, desconsideradas as repactuações, foi de R\$ 2.118.223,47, o qual se manteve nos anos seguintes (2016 e 2017).</p> <p>No mesmo período, foram mantidas as quantidades de postos existentes em 2015.</p>

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 50 a 51 abaixo:

50 a 51. Vigilância

50. Valor inicial do posto

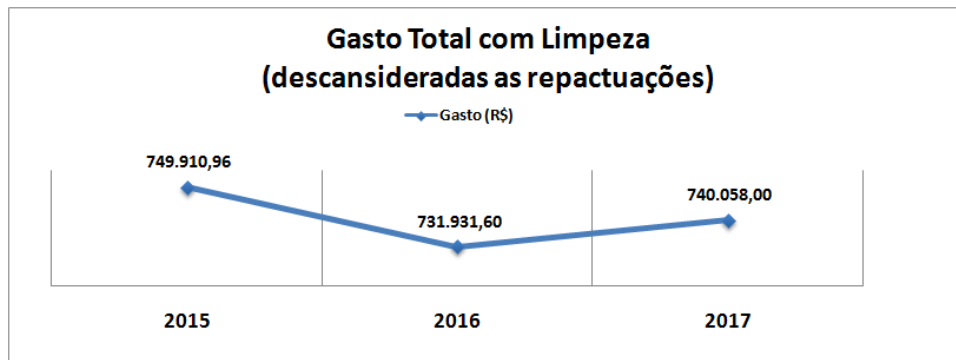
51. Valor atual do posto

Ações propostas:

1. Avaliação do CFTV (circuito interno de televisão) - avaliar a substituição ou otimização dos aparelhos de CFTV.
2. Avaliação da implantação do sistema de acesso eletrônico às garagens – instalar equipamentos de controle de acesso às garagens. (Prazo: dezembro/2016)

Essa medida ainda está sendo objeto de estudo por parte da SEVIT, iniciado em 2017, os quais serão concluídas em 2018.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 12 – Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações.
<u>Meta Atingida:</u> Manutenção acumulada dos gastos anuais com limpeza desde o ano de 2015.
<p>ANÁLISE</p> <p>Gasto total com contratos de limpeza no ano base de 2015, desconsideradas as repactuações, foi de R\$ 749.910,96. O gastos dos anos seguintes (2016 e 2017) foram a menor por supressão de valores decorrentes de novas Convenções Coletivas de Trabalho.</p> <p>Entretanto, no mesmo período, foram mantidas as quantidades de postos existentes em 2015.</p>

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 50 a 52 abaixo:

50 a 52. Limpeza

- 50. Gasto de limpeza pela área construída
- 51. Grau de repactuação
- 52. Gasto com material de limpeza

Ações propostas:

1. Revisão dos contratos de terceirização – revisar o dimensionamento de equipes e materiais de consumo necessários às atividades de limpeza da Seção Judiciária.

Após revisão, foi estabelecido uma avaliação, por parte da Seção de Serviços Gerais, dos níveis de serviço da empresa contratada responsável pelas atividades de limpeza. Entretanto, não foi realizada a redução de postos, visto que o quantitativo já está ajustado a capacidade de realização dos serviços a serem executados com qualidade.

2. Capacitação de fiscais de contrato – obter maior eficiência na avaliação e monitoramento das condições contratuais.

Ação realizada com curso da nova IN 05/2017 do MPOG sobre as contratações e fiscalização dos contratos continuados, que contou com a participação dos gestores e fiscais de contratos.

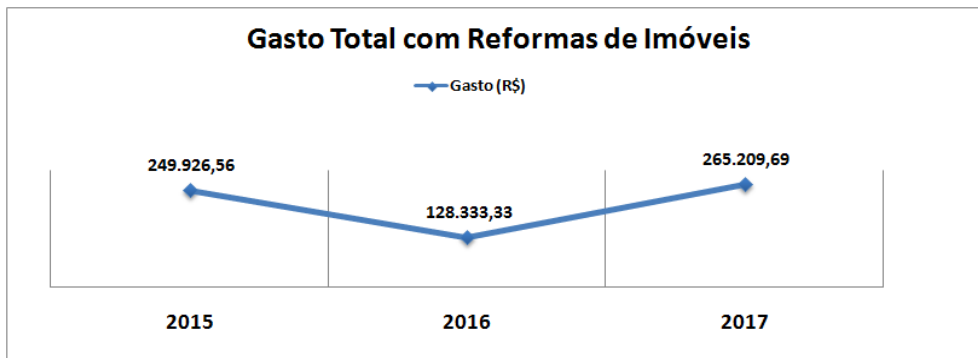
3. Avaliação do consumo ideal de insumos para limpeza – avaliar procedimentos e uso de materiais para criação de perfil de consumo ideal, conforme as características da unidade (área e público interno e externo) e reavaliar os materiais utilizados para os procedimentos de limpeza e conservação, com o objetivo de reduzir e melhorar a qualidade e eficiência dos produtos utilizados.

A SESEG realizou estudo e constatou que a aquisição de materiais de consumo de limpeza diretamente pela Contratante (SJRO) seria melhor administrada, tanto no aspecto da qualidade como da quantidade. Assim, em 2017, foi realizada nova licitação para os serviços de limpeza e conservação da sede da SJRO, sendo que os materiais até então fornecidos pela Contratada foram retirados do serviço e registrados preços para os materiais de limpeza, com aquisição direta pela SJRO.

4. Aquisição de produtos biodegradáveis – incluir, nos novos contratos, preferencialmente, produtos biodegradáveis.

Ação realizada com aquisição de materiais de consumo para almoxarifado, com exigências de composição ou fabricação em atendimento as exigências sustentáveis, como o material reciclado ou proveniente de manejo florestal, além das composições biodegradáveis e atóxicas, conforme os Pregões Eletrônicos n. 03/2017 e n. 13/2017.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 13 – Reduzir o valor gasto com reformas em 1% ao ano até 2020
Meta NÃO Atingida: Aumento acumulado de 6,1% em relação ao total gasto em 2015.
ANÁLISE O total gasto em 2015 com reformas de imóveis foi de R\$ 249.926,56 enquanto que em 2017 houve um pequeno aumento para R\$ 265.209,69. Entretanto, as despesas com reformas em 2017 foram estritamente necessárias, as quais atenderam as adaptações de acessibilidade dos imóveis sede da SJRO e SSJ-GUM, conforme notificações do MPT.

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar o indicador 53 abaixo:

53. Reforma

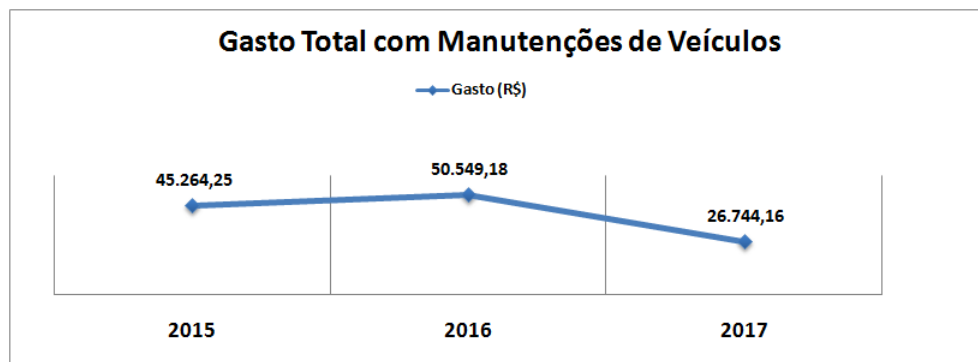
53. Valor gasto com reformas nas unidades

Ações propostas:

1. Otimização da manutenção predial preventiva – incluir, à medida do possível, diretrizes de sustentabilidade nas rotinas de manutenção predial, objetivando adequar benefícios ambientais e econômicos nas reformas. (Ação contínua)

A SESEG realiza de forma contínua a avaliação de manutenções prediais de menor impacto ao meio ambiente alinhado aos atingimento das necessidades das adaptações internas dos prédios da SJRO.

TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS
META 14 – Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva de veículos em 15% até 2020
<u>Meta Atingida e Superada:</u> Redução de 47,1% em relação ao ano de 2015 e redução acumulada de 40,9% com relação ao ano base (2015).
<p>ANÁLISE</p> <p>O gasto total com manutenção preventiva e corretiva de veículos em 2016 foi na ordem de R\$ 50.549,18 enquanto que em 2017 houve uma redução para R\$ 26.744,16.</p> <p>Não houveram aumento no quantitativo de veículos entre os exercícios referenciados.</p> <p>Entretanto, foi observado uma menor utilização da frota de veículos no exercício de 2017 em comparação ao exercício anterior, em km rodados, o que pode ter contribuído para uma redução nas manutenções.</p>

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores 54 a 56 abaixo:

54 a 56. Veículos

54. Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais
55. Veículos para transporte de magistrados
56. Gasto com manutenção dos veículos da frota

Ações propostas:

01. Otimização da manutenção preventiva - avaliar e melhorar rotinas de manutenção preventiva nos veículos oficiais.

Ação contínua realizada pela SEVIT.

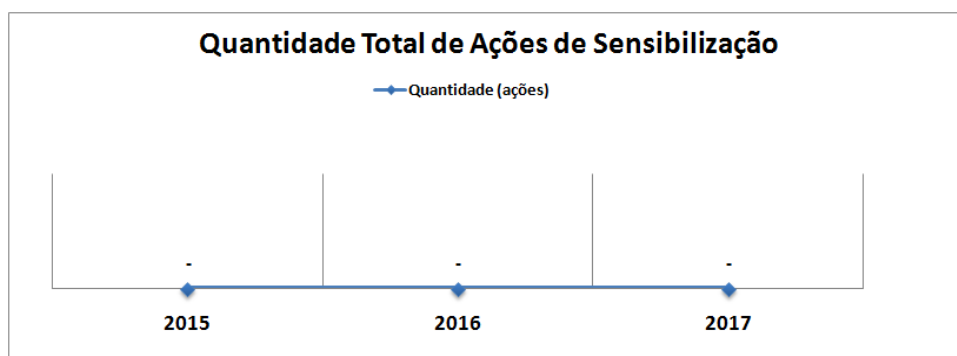
02. Otimização da lavagem de veículos - analisar a viabilidade de adoção de lavagem ecológica dos veículos, compreendendo, inclusive, a ampliação dos intervalos entre as lavagens.

A SEVIT em 2017, por conta das restrições orçamentárias, diminuiu a quantidade lavagens de veículos.

03. Compra de veículo com selo A em relação à emissão de poluentes - observar, em cumprimento às normas legais de aquisição de veículos oficiais, a inclusão no Edital de compra que o veículo a ser adquirido seja classificado como selo A para emissão de poluentes. (Prazo: dezembro/2016)

Essa ação será observada pela SEVIT em conjunto com a SELIT nas próximas aquisições. Não foram realizadas novas aquisições em 2017.

TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA
META 15 – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020.
<u>Meta NÃO Atingida:</u> Não foram realizadas ações de sensibilização em 2017.
ANÁLISE Foram realizadas amplas divulgações via e-mail, em pop-ups automáticos executados no computador dos servidores, por banners e adesivos, no informativo da Seccional, para buscar o cumprimento dessa meta por parte das áreas pertinentes.

**Indicadores:**

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar o indicador 57 abaixo:

57. Sensibilização e capacitação contínua

57. Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar

Ações propostas:

1. Capacitação/qualificação da CGPLS-SJRO - Qualificar os membros da CGPLS-SJRO por meio de estudos, rodas de conversa, benchmarking etc., a fim de nivelar os conhecimentos relacionados à gestão socioambiental e demais conceitos correlatos.

Alguns integrantes da Comissão realizaram o curso virtual "Introdução à Gestão Socioambiental".

2. Elaboração de campanha de sensibilização da força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental.

Não foram realizadas em 2017 nenhuma campanha de sensibilização. Ação deslocada para 2018.

3. Divulgação constante dos resultados dos indicadores e das metas do PLS-RO.

Não foram realizadas divulgações parciais em 2017. Ação deslocada para 2018.

4 – AVALIAÇÃO GERAL

O Relatório Anual de Desempenho Socioambiental de Metas do PLS-SJRO do exercício de 2017 apresentou o resultados modestos em seu segundo ano de aplicação com a incorporação da variável ambiental na estrutura do serviço público desempenhado pela Seção Judiciária de Rondônia.

Das 15 (quinze) metas prevista no PLS-SJRO, 09 (nove) foram atingidas, resultando em percentual de cumprimento de 60%.

O desafio é a incorporação aos diversos processos de trabalhos (áreas fim e meio) das iniciativas socioambientais, remodelando alguns procedimentos, comportamentos e atitudes por todas as pessoas envolvidas.

A partir desses resultados, tem-se uma visão real dos indicadores da Seção Judiciária de forma a usá-los como subsídios para a definição de novas ações e alteração/manutenção das já existentes.

Em 2018, será realizada a revisão do PLS da Seccional, com enfoque na análise das metas sugeridas e nas ações propostas para o alcance dessas metas.

ALEX CORREA DE LELES
Presidente

RENATO ALFAIA PEREIRA
Vice-Presidente

VANESSA MONTEIRO ROCHA
Secretária

CARLOS ROBERTO SANTIAGO MENESES
Membro efetivo

ALEX SANDRO ALMEIDA MATTOS
Membro efetivo



Documento assinado eletronicamente por **Alex Correa de Leles, Analista Judiciário**, em 05/04/2018, às 13:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro Almeida Mattos, Técnico Judiciário**, em 05/04/2018, às 13:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Santiago Meneses, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 05/04/2018, às 13:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Monteiro Rocha, Supervisor(a) de Seção**, em 05/04/2018, às 13:46 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Alfaia Pereira, Supervisor(a) de Seção**, em 05/04/2018, às 15:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **5811587** e o código CRC **CAD29A9D**.